



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OF.ADM.Nº 006/97.-


*Aprovado a
alteração de
projeto de lei
nº 092-97
R. L. M. S.*

Pirassununga, 03 de janeiro de 1.997.

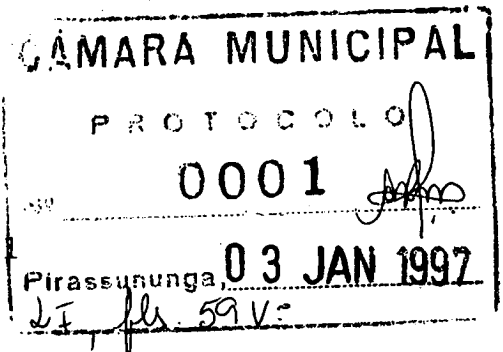
Excelentíssimo Senhor Presidente:

Pelo presente e melhor forma de direito, vimos solicitar a **retirada** do Projeto de Lei Nº 73/96, que visa dar nova redação aos Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei sob Nº 2.526/93.

Aproveitamos do ensejo, para reiterar - os mais altos protestos de estima e consideração.


- ANTONIO CARLOS BUENO BARBOSA -
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Vereador ROBERTO BRUNO
DD. Presidente da Câmara Municipal
N E S T A





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- PROJETO DE LEI Nº 73/96

"Dá nova redação aos Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei Nº 2.526/93."

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - A partir desta data, os Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei Nº 2.526/93, de 21 de dezembro de 1.993, pas sam a vigor com a seguinte redação:

"Artigo 9º) - O fornecimento de água mensal míni mo quando referente a imóvel edificado e com hidrômetros instala- dos, serão cobrados de acordo com os critérios, volumes e va- lores fixados pela seguinte tabela:

<u>PRÉDIO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>VOLUME MENSAL</u>	<u>TARIFA MÍNIMA</u>
Residencial	Economia	Até a 15 m ³	R\$ 3,38
Comercial	Economia	Até a 15 m ³	R\$ 4,12
Industrial	Economia	Até a 40 m ³	R\$ 5,50
Industrial-Tinturaria	Economia	Até a 250 m ³	R\$ 5,50

Parágrafo Único - Para os imóveis com mais de 01 (uma) economia, possuindo porém, um único hidrômetro, serão ado- tados os seguintes critérios:

I - Fornecimento mínimo de água, multiplicado pe- lo número de economia existentes;

II - Valor da tarifa devida neste caso, igual o - valor da tarifa mínima mensal, multiplicada pelo número de eco- nomia servida;

III - O excesso de consumo de água para mais de - uma economia, obter-se-á dividindo o consumo pelo número de eco- nomias, cujo o resultado, definido nas letras "A", "B", "C" e - "D" do Artigo 11, deverá ter o seu valor multiplicado pelo ex- cesso total de água consumida, somado aos valores das economias".



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

fls. 2

03

"Artigo 11) - O fornecimento de água em excesso, apurado mediante a leitura dos hidrômetros, será cobrado de acordo com a seguinte tabela:

A - PREDIO RESIDENCIAL

I - Acima de 16 m ³ e até 20 m ³	R\$ 0,44 P/m ³
II - Acima de 21 m ³ e até 25 m ³	R\$ 0,50 P/m ³
III - Acima de 26 m ³ e até 30 m ³	R\$ 0,66 P/m ³
IV - Acima de 31 m ³ e até 35 m ³	R\$ 0,76 P/m ³
V - Acima de 36 m ³	R\$ 0,78 P/m ³

B - PRÉDIO COMERCIAL

I - Acima de 16 m ³ e até 20 m ³	R\$ 0,54 P/m ³
II - Acima de 21 m ³ e até 25 m ³	R\$ 0,60 P/m ³
III - Acima de 26 m ³ e até 30 m ³	R\$ 0,78 P/m ³
IV - Acima de 31 m ³ e até 35 m ³	R\$ 0,88 P/m ³
V - Acima de 36 m ³	R\$ 0,96 P/m ³

C - PRÉDIO INDUSTRIAL

I - Acima de 41 m ³ e até 50 m ³	R\$ 1,05 P/m ³
II - Acima de 51 m ³ e até 100 m ³	R\$ 1,14 P/m ³
III - Acima de 101 m ³ e até 500 m ³	R\$ 1,40 P/m ³
IV - Acima de 501 m ³ e até 1.000 m ³	R\$ 1,62 P/m ³
V - Acima de 1.001 m ³	R\$ 2,05 P/m ³

D - PRÉDIO INDUSTRIAL-TINTURARIA

I - Acima de 251 m ³ e até 260 m ³	R\$ 0,91 P/m ³
II - Acima de 261 m ³ e até 310 m ³	R\$ 0,97 P/m ³
III - Acima de 311 m ³ e até 810 m ³	R\$ 1,04 P/m ³
IV - Acima de 811 m ³ e até 1.310 m ³	R\$ 1,10 P/m ³
V - Acima de 1.311 m ³	R\$ 1,17 P/m ³

"Artigo 12)- A tarifa pela utilização da rede - coletora de esgoto sanitário, será cobrada mensalmente tomando-se por base de cálculo a tarifa mensal do fornecimento de água, de acordo com a seguinte tabela:

<u>FORNECIMENTO DE ÁGUA</u>	<u>PRÉDIO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>TARIFA MENSAL</u>
0 até 15 m ³	Residencial	Economia	R\$ 2,70
0 até 15 m ³	Comercial	Economia	R\$ 3,29



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04/16
fls. 3

FORNECIMENTO DE ÁGUA	PRÉDIO	UNIDADE	TARIFA MENSAL
0 até	40 m ³	Industrial	Economia R\$ 4,40
0 até	250 m ³	Ind.Tinturaria	Economia R\$ 4,40".

"Artigo 13)- Em sendo apurado fornecimento de - excesso de água, a tarifa de esgoto será cobrado na base de 50% (cinquenta por cento), a exceção dos prédios Industriais e Indus triais-Tinturaria que será de 35% (trinta e cinco por cento), cal culadas sobre o valor da respectiva tarifa de excesso de forneci mento de Água".

Artigo 2º)- Esta Lei entrará em vigor na data - de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 04 de novembro de 1.996.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga 05 de 11 de 1996

[Signature]
Presidente

[Signature]
- FAUSTO VICTORELLI -
Prefeito Municipal

Retirado da pauta dos trabalhos ante a ausência de parecer da Comissão de Finanças.

Pi. 12.11.96.

[Signature]
Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoua, para dar parecer.

Sala das Sessões, da C. M. de Pirassununga 05 de 11 de 1996

[Signature]
Presidente

Retirado da pauta dos trabalhos ante a ausência do Parecer da Comissão de Finanças
P. 19.11.96

Retirado da pauta dos trabalhos ante a ausência do Parecer da Comissão de Finanças.

Pirass. 26.11.96

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- J U S T I F I C A T I V A -

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

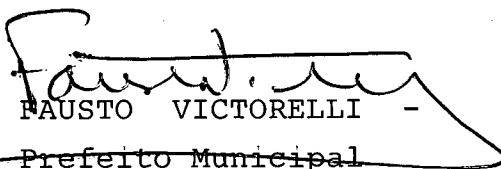
O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dos nobres Edis que constituem esse Egrégio Legislativo, visa dar nova redação aos Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei - Nº 2.526/93, de 21 de dezembro de 1.993, que dispõe sobre a - competência do SAEP - Serviço de Água e Esgôto de Pirassununga.

O encaminhamento da propositura, foi motivado - em razão da reivindicação formulada através de expediente que redundou no procedimento administrativo objeto do Protocolado - sob Nº 1.448/96, cuja cópia segue por xerox, em anexo, parte - integrante da presente justificativa.

Trata-se de incentivo às indústrias de tinturarias, consistente em fixação de tarifa de consumo de água diferenciada, do qual poder-se-ão valer interessadas em explorar - no município a referida atividade.

Assim, desde já contamos com o beneplácito dos Srs. Edis, encarecemos tramitação em regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município, o que desde já fica requerido, dada a relevância que reveste a matéria.

Aproveitamos do ensejo para reiterar os protestos da mais alta estima e distinta consideração.


- FAUSTO VICTORELLI -
Prefeito Municipal

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 5-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - ACEF 13630 - EST. S. PAULO

S.A.E.P.

W. W.

18-09-96

Pirassununga, 15 de setembro de 1996

1448 SET 96

Exmo. Sr. Prefeito



Os abaixo assinados operarias, operarios e - chefes da Fiação e Tecelagem de Pirassununga S/A. que, desde 1923, data de sua fundação e até hoje, ininterruptamente, trabalha e pro - duz progresso para a cidade e o Brasil, por meio da presente, res - peitosamente desejam externar-lhe a grande preocupação que os afli - ge.

Sabedores que o preço cobrado e recentemente - reajustado da água que nos é fornecida pela municipalidade e que - alimenta nossa caldeira, a tinturaria e os serviços sanitários, gra - va de forma proibitiva sobre os custos das toalhas e colchas que - produzimos; considerando que o imediato efeito da chamada globali - zação foi particularmente nefasto para a indústria textil; que a - invasão dos produtos asiáticos literalmente liquidou com a capaci - dade competitiva do Brasil no setor, provocando a falência de mui - tas boas indústrias e desemprego absoluto de nossos colegas, ape - lam para a sua compreensão afim de que, de acordo com nossa Camara Municipal, seja reconsiderada a taxa atual, tornando-a suportavel.

Nossos empregos correm sério riscos podendo - agravar ainda mais o problema social em nosso municipio. E por es - ta razão que pedimos sua ajuda.

O momento que vivemos exige compreensão.

Contamos sinceramente com a boa vontade sua - e, por sua iniciativa, com a de todos nossos Vereadores.

Antecipadamente gratos, apresentamos nossas - atenciosas

saudações.

Regina Celia da Silva

Luca Costa

Silvana de Salomão

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 6-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - CEP. 13.630 - EST. S. PAULO



Antonio Bonizetti Peduzzi

Mario Luis de Alar

Imãe cant de cant fil

Jairis José Pereira

Pereira

~~Adriano~~

~~Alfredo~~

Martha R. Maciel

Rosângela R da Penque

Rozzi Maria Martins Menezes

Sueli Bichef

Rozilene Rubens de Souza

Sandra Cassia da Silva

Leandro Carlos de Souza

Edson Moraes Marcondes

Antônio Roberto Pereira da Cruz

Nilson Borges

Lilda A. Borges

Claudiana A. O. Rocha

Maria Ap. Claudino da Cruz

Odete M. G.

Jairis Lopes de Oliveira Silva

Rosely Clurina dos Santos Oliveira

~~Alzoni~~

Simone Santel Fielino

Alzoni R. Costa Silva

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 5-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - CEP. 13.630



~~apaga~~

Marilza M. G. Pinheiro

Leuzia de S. Grassi

Maria de Lourdes Nunes de Souza

Lenha Apda G. Mineiro

Aparecida dos Santos Pelais

Aparecida S. Rocha

Maria Tuzinhe C. Fujimoto

Maria Betânia M. M. Aparecida

Maria Mônica Ramos

~~Carla M. Araújo Almeida~~

Cláudia L. de Luz
Rafaela

Vilma H. X. da Silva

Graciana Santos de Barros

Maria Aparecida Gomes

Walter M. de Souza

Sua filha Popes Sereno

Pro cláudia da Siba Rodd

Luiz Carlos de Barros

Elaine Cristina B. Marques

Maria Ap. Soares do Nascimento

Damião P. da Silva

José Antônio

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 5-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - CEP. 13.630 - EST. SP - PAULISTA



Adonail R. de Silva

~~Paula Costa~~

José Marques Amargo

~~Antônio~~

Caracido V. Moraes

Augusto Caldanglo

Rosemary F. Pereira

~~Luiz~~
~~[Signature]~~
~~[Signature]~~

José

Dulcy Clara

marcos fu quintos

Maria José Cortopasso

Andréia Helena de C. F. Sandgraf

Dulcy de Fatima Fernandes Rezende

Antonio Epitacio Espalhina

Romário A. G. Pereira

Odair Pereira Leite

Paulo Lino

Alvares J. Lino

Natal Francisco Morais

4

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 6-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - CEP. 13.630 - EST. S. PAULO



José Pereira da Cruz
~~Salvadora Almeida~~

• Maria Benedita Figueiredo dos Santos

• Adalberto Romão

• J. B. Costa

• ~~M. M.~~

• Nádia Valdeir Pizarri

Ademir Duarte Calherana

Maria Esp. C. Netto

Ana Gomes Sereno

Orani do Reg Couto Oliveira

Maria Inês B. de Oliveira

Cozília Silva Alves

Maria Helena Vitalino

• ~~Maria J. C. Donelli~~

Maria Inês de Godoy Ulbricht

Sidny Nunes Junqueira

Angela M. L. Daulino

Ana Z. O. dos Reis

Dimáci Berchi Senozzo

Maria Luiza da S. Gomes

Giuseppe Machado Costa

~~COZILIA SILVA ALVES~~
JOCKI PEREIRA ROCHA

Maria Inês de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga

Reconhecido em 16 de Janeiro de 1953

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Previdência Social de acordo com o Decreto Federal n.º 1.402, de 5-7-1939

C. G. C. 48-631-360/0001-18

SEDE SOCIAL: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2252 - FONE (0195) 61-4499 - PIRASSUNUNGA - CEP. 13.630 - EST. S. PAULO

Marina Silvia - esposa de Oliveira Sales

Leseli Ap. Pontino

maria da ^{duela} ^{leiteira} ^{zeuzal}
jardana ap. de

[Handwritten signature]

Paula A. Pereira

Claira Alves Denofe

Rosângela + Bento

Alamargo

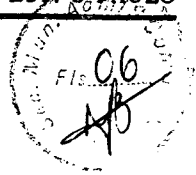
marco R. Capuani

Jair Lopes

Wacir/Bele Matto

Antonio Luiz Alves

Ana dos Santos Silva



[Large handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- LEI Nº 2.526/93 -

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES

Artigo 1º) - Compete ao Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga criado pela LEI nº 1.153/73, de 14 de Março de 1973, operar, manter, conservar e explorar, com exclusividade, os serviços de água e de esgotos sanitários.

Artigo 2º) - Para os efeitos desta lei, CONSUMIDOR, é toda pessoa física ou jurídica, proprietário ou responsável, comprovadamente, pela ocupação ou utilização de imóvel localizado dentro do perímetro URBANO do Município.

Parágrafo Único - Considera-se imóvel toda propriedade, terreno ou edifício ocupado ou não para fins públicos ou particulares.

CAPÍTULO II

DA REPRESENTAÇÃO

Artigo 3º) - O SAEP terá um responsável, designado SUPERINTENDENTE, de preferência com curso de nível universitário ou equivalente, nomeado, em comissão, pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 1º) - Incumbe ao Superintendente representar o SAEP ou promover-lhe a representação em juízo ou fora dele, bem como expedir atos normativos, especialmente no que se refere:

- a) - utilização dos serviços de Água e Esgoto;
- b) - tarifas, taxas e contribuições de melhoria;

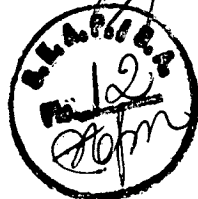


PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 2 -



c) - serviços internos e administrativos.

Parágrafo 2º) - Poderá o Superintendente do SAEP, ' contratar para sua assessoria, organização especializada em engenharia sanitária existente no país.

CAPÍTULO III

DA INCIDÊNCIA

Artigo 4º) - Incidem tarifas sobre o consumo de Água fornecida pelo SAEP e a utilização da rede de esgotos sanitários e taxas de manutenção e conservação, sobre os hidrômetros.

Parágrafo Único - As tarifas, taxas e contribuição ' de melhoria serão fixadas pelo Poder Executivo e sempre com base no custo operacional dos serviços.

CAPÍTULO IV

DAS ISENÇÕES

Artigo 5º) - As entidades de assistência social, declaradas de utilidade pública por lei municipal, localizadas no Município, ficam isentas das taxas e tarifas dos serviços de Água e Esgoto.

Parágrafo 1º) - O benefício autorizado por este será concedido mediante requerimento escrito, dirigido ao SUPERINTENDENTE do Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga pela entidade interessada, acompanhada dos seguintes documentos:

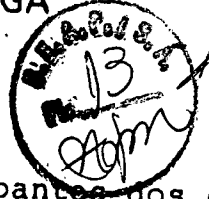
- 1) - cópia autenticada do ato constitutivo;
- 2) - exemplar autenticado dos estatutos;
- 3) - cópia do balanço do exercício anterior assinada pelo responsável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



4) - relação contendo os nomes dos ocupantes dos cargos de direção, administração e fiscalização, assinada pelo representante legal;

5) - quadro demonstrativo dos serviços assistenciais prestados pela entidade, assinada pelo responsável;

6) - outros registros ou atos de comprovação das atividades assistenciais prestadas.

Parágrafo 2º) - Comprovadas, na forma do parágrafo anterior, as atividades assistenciais da entidade, o pedido de isenção será deferido pelo SUPERINTENDENTE do Serviço de Água e Esgoto.

Artigo 6º) - A isenção será concedida pelo período de um ano, renovável mediante nova solicitação da entidade interessada.

Parágrafo 1º) - Nos pedidos de renovação da isenção ficam as entidades de assistência social desobrigadas da apresentação dos documentos constantes dos itens 1, 2, 5 e 6 mencionados no parágrafo 1º do artigo anterior.

Parágrafo 2º) - Os documentos especificados nos itens 2 e 4 do parágrafo 1º, do artigo 5º, somente serão exigidos quando houver modificação nos Estatutos e mudanças nos cargos de direção.

CAPÍTULO V

DA CLASSIFICAÇÃO

Artigo 7º) - Os serviços de Água e de Esgoto sanitários são classificados em RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL, PATRIMÔNIO PÚBLICOS e de SERVIÇOS.

CAPÍTULO VI

DA BASE DE CÁLCULO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Artigo 8º) - As tarifas corresponderão a um fornecimen
to mensal mínimo e de excesso de água tratada.

Artigo 9º) - O fornecimento de água mensal mínimo quan
do referente a imóvel edificados e com hidrômetros instalados,
serão cobrados de acordo com os critérios, volumes e valores
fixados pela seguinte tabela, a preço de novembro de 1993:

<u>PRÉDIO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>VOLUME MENSAL</u>	<u>TARIFA MÍNIMA</u>
Residencial	Economia	Até a 15m ³	Cr\$ 414,20
Comercial	Economia	Até a 15m ³	Cr\$ 496,60
Industrial	Economia	Até a 40m ³	Cr\$ 691,00

Parágrafo Único - Para os imóveis com mais de 01 (uma)
economia, possuindo porém, um único hidrômetro, serão adotados
os seguintes critérios:

I - Fornecimento mínimo de Água, multiplicado pelo nú-
mero de economia existentes;

II - Valor da tarifa devida neste caso, igual o valor
da tarifa mínima mensal, multiplicada pelo número de economia
servida;

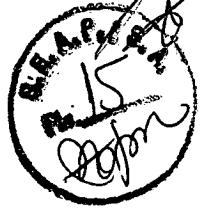
III - O excesso de consumo de água para mais de uma eco-
nomia, obter-se-a dividindo o consumo pelo número de economias,
cujo o resultado, definido nas letras "A", "B" e "C" do Artigo
11, deverá ter o seu valor multiplicado pelo excesso total de
água consumida, somado aos valores das economias.

Artigo 10) - É caracterizado como fornecimento de ex-
cesso, para fins de lançamento e cobrança, todo o fornecimento
de Água que, dentro de um período mensal, exceder ao mínimo
mensal.

Artigo 11) - O fornecimento de água em excesso, apu-
rado mediante a leitura dos hidrômetros, será cobrado de acor-
do com a seguinte tabela, a preço de novembro de 1993:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- 5 -

A - PRÉDIO RESIDENCIAL

I - Acima de 16m ³ e até 20m ³Cr\$	57,20 P/m ³
II - Acima de 21m ³ e até 25m ³Cr\$	61,60 P/m ³
III - Acima de 26m ³ e até 30m ³Cr\$	86,40 P/m ³
IV - Acima de 31m ³ e até 35m ³Cr\$	97,80 P/m ³
V - Acima de 36m ³	100,00 P/m ³

B - PRÉDIO COMERCIAL

I - Acima de 16m ³ e até 20m ³Cr\$	70,80 P/m ³
II - Acima de 21m ³ e até 25m ³Cr\$	73,80 P/m ³
III - Acima de 26m ³ e até 30m ³Cr\$	99,40 P/m ³
IV - Acima de 31m ³ e até 35m ³Cr\$	107,40 P/m ³
V - Acima de 36m ³	118,20 P/m ³

C - PRÉDIO INDUSTRIAL

I - Acima de 41m ³ e até 50m ³Cr\$	94,00 P/m ³
II - Acima de 51m ³ e até 100m ³Cr\$	105,40 P/m ³
III - Acima de 101m ³ e até 500m ³Cr\$	125,60 P/m ³
IV - Acima de 501m ³ e até 1.000m ³Cr\$	152,40 P/m ³
V - Acima de 1.001m ³	178,40 P/m ³

Artigo 12) - A tarifa pela utilização da rede coletora ' de esgoto sanitários, será cobrada mensalmente tomando-se por base de cálculo a tarifa mensal do fornecimento de Água, de acordo' com a seguinte tabela, a preço de novembro de 1993:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



<u>FORNECIMENTO DE ÁGUA</u>	<u>PRÉDIO</u>	<u>UNIDADE</u>	<u>TARIFA MENSAL</u>
0 ATÉ 15m3	Residencial	Economia	Cr\$ 331,40
0 ATÉ 15m3	Comercial	Economia	Cr\$ 397,30
0 ATÉ 40m3	Industrial	Economia	Cr\$ 552,80

Parágrafo Único - A cobrança do esgoto sanitário para o consumo mínimo de todas as categorias será de 80% do valor da tarifa de Água.

Artigo 13) - Em sendo apurado fornecimento de excesso de Água, a tarifa de esgoto será cobrada na base de 50% (cincoenta por cento), a exceção dos prédios industriais que será de 35% (trinta e cinco por cento), calculadas sobre o valor da respectiva tarifa de excesso de fornecimento de Água.

Artigo 14) - Aos imóveis localizados em logradouros servidos por apenas uma das redes de Água e de Esgoto, somente será lançado e cobrado o valor correspondente a rede do serviço existente.

Parágrafo Único - Aos imóveis localizados em logradouros não servidos ou beneficiados pelas redes de Água e Esgoto não incidirão as respectivas tarifas.

CAPÍTULO VII

DA CONCESSÃO

Artigo 15) - Os serviços de Água e Esgoto sanitário serão concedidos mediante requerimento do proprietário do imóvel a ser servido.

Parágrafo 1º) - A instalação de Água constitui requisito indispensável a concessão do serviço de esgoto.

Parágrafo 2º) - As redes de Água e Esgoto dos imóveis recém construídos deverão ser vistoriados pela autarquia, para posterior ocupação pelo proprietário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Parágrafo 3º) - A supressão do fornecimento de Água do imóvel além dos casos previstos no ARTIGO 44, deverá ser requerida pelo proprietário ou responsável comprovadamente pela ocupação ou utilização do imóvel, desde que esteja desocupado, cabendo ao SAEP a verificação prévia do local antes da execução do serviço requerido.

Artigo 16) - Compete ao SAEP mediante inspeção do imóvel, a verificação de sua utilização e determinar a categoria dos serviços.

Parágrafo 1º) - Qualquer mudança de categoria dos serviços ou dos diâmetros dos ramais de derivação ou coletor, deverá ser requerida ao SAEP pelo consumidor.

Parágrafo 2º) - A mudança de categoria poderá ocorrer "ex-offício" sempre que se verifique ser a Água utilizada para fins diversos daqueles previstos na respectiva classificação.

Artigo 17) - A concessão do serviço ou serviços obriga o requerente a indenização antecipada, mediante prévio orçamento das despesas de material e mão de obra decorrentes da instalação dos ramais de despesas de administração.

Artigo 18) - A critério do SAEP, o pagamento das despesas de instalação do ramal de derivação e do ramal coletor poderá ser feito em prestações mensais de valor não inferior ao total mensal das contas (mínima) de Água e de Esgoto estabelecidas para a respectiva categoria de serviço.

Parágrafo Único) - Esta disposição não se aplica aos serviços da classe industrial.

Artigo 19) - A concessão do serviço temporário terá duração mínima de 1 (um) mês, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

Parágrafo 1º) - Além das despesas de instalação e posterior remoção dos ramais de derivação de Água e coletor de esgoto, o requerente pagará antecipadamente, as contas mínimas relativas a todo o período da concessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Parágrafo 2º) - Para efeito de fixação das contas, o serviço temporário é equiparado ao serviço comercial.

Artigo 20) - Os serviços de Água e Esgotos sanitários poderão ser concedidos mediante contrato especial, nos seguintes casos:

- A) - QUANDO SE FIZEREM NECESSÁRIAS EXTENSÕES DAS REDES;
- B) - PARA PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO;
- C) - PARA ATENDER CASOS DE GRANDES CONSUMOS DE ÁGUA OU ELEVADO VOLUME DE DESPEJO QUE, A CRITÉRIO DO SUPERINTENDENTE, NÃO POSSAM SER ENQUADRADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTALAÇÕES

Artigo 21) - A instalação de Água compreende:

- A) - RAMAL DE DERIVAÇÃO, TRECHO QUE VAI DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA AO ALINHAMENTO DA PROPRIEDADE;
- B) - HIDRÔMETRO (APARELHO MEDIDOR), E KIT CAVALETE;
- C) - REDE DE DISTRIBUIÇÃO INTERNA.

Artigo 22) - O hidrômetro é considerado equipamento de controle de consumo.

Parágrafo 1º) - Os hidrômetros, adquiridos pelo consumidor, serão instalados e conservados pelo SAEP, dentro da propriedade a ser servida e em lugar de fácil acesso para a sua leitura.

Parágrafo 2º) - O consumidor pagará a título de manutenção e conservação uma taxa equivalente a 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor da tarifa de água consumida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Parágrafo 3º) - Nas substituições, os hidrômetros serão fornecidos e instalados pelo SAEP, sem ônus aos consumidores.

Artigo 23) - A instalação de esgoto compreende:

- A) - RAMAL COLETOR, LIGANDO O PRÉDIO, A PARTIR DO LIMITE DA PROPRIEDADE, AO COLETOR PÚBLICO;
- B) - REDE COLETORA INTERNA.

Artigo 24)- Os ramais serão instalados e conservados pelo SAEP correndo as despesas por conta do consumidor.

Parágrafo 1º) - O ramal de derivação terá diâmetro mínimo de 3/4 de material não corrosivo e de maior durabilidade e máximo de 1" acima desse diâmetro, apenas com autorização da Superintendência.

Parágrafo 2º) - O ramal coletor terá o diâmetro mínimo de 100 mm (4").

Parágrafo 3º) - A substituição e conservação dos ramais, se necessários, serão de responsabilidade do SAEP, sem ônus ao consumidor.

Artigo 25)- É vedado ao consumidor ou seus agentes intervir nos ramais de derivação de água ou no ramal de esgoto sanitário, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar condições de abastecimento ou despejo.

Parágrafo Único) - Os danos causados aos ramais pela intervenção indevida a que se refere este artigo, serão reparados pelo SAEP, por conta do consumidor, sem prejuízo da penalidade que caso couber.

Artigo 26)- Quando houver necessidade da instalação de hidrômetro fora da área coberta do prédio ou em local que não ofereça as necessárias condições de segurança, fica o consumidor obrigado a construir um padrão de proteção para o aparelho,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- 10 -

de acordo com o medelo fornecido pelo SAEP.

Artigo 27)- Todos cavaletes serão devidamente lacrados pelo SAEP, após instalação do hidrômetro selado.

Artigo 28)- O consumidor poderá requerer aferição do hidrômetro instalado no ramal de derivação de seu uso.

Parágrafo 1º) - Após aferição, constando-se a normalidade do hidrômetro, o consumidor fará o pagamento de 10% (dez por cento) do valor V.P.R. referente a despesa de aferição.

Parágrafo 2º) - Após a aferição, constando-se erro superior a 5% (cinco por cento) contra o consumidor, em condições normais de funcionamento, far-se-á o desconto correspondente a esse erro desde a data requerida, o qual será reparado ou substituído.

Artigo 29)--Somente pessoas credenciadas pelo SAEP poderão instalar, reparar, substituir ou remover os hidrômetros ou quebrar e substituir os respectivos lacres, sendo absolutamente vedado a intervenção do consumidor ou seus agentes nesses atos.

Parágrafo Unico - O consumidor será responsável pelas despesas de reparação das avarias consequentes de intervenções indevidas, bem como, das provenientes da falta de proteção do aparelho, sem prejuizo das penalidades a que ficar sujeito em tais casos.

Artigo 30)- As mudanças de localização do ramal de derivação e do ramal coletor ou do hidrômetro, por conveniência do consumidor, e por este requerido serão executadas somente pelo SAEP, mediante o pagamento das despesas.

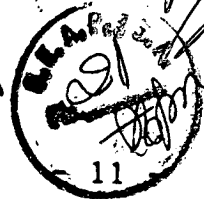
Artigo 31)- As rês de distribuição e coletoras internas serão constituídas pelas instalações necessárias a garantia, em qualquer tempo, da utilização de Água recebida pelo ramal de derivação e do despejo dos dejetos na rês coletora geral, através do ramal coletor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Parágrafo 1º) - As rês internas pertencem ao prédio e serão instaladas e conservadas às expensas do consumidor.

Parágrafo 2º) - Na técnica das instalações deverão ser adotados terminologia, princípios, indicações e métodos de cálculo constantes das Normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Artigo 32) - Nos prédios de até três pavimentos será obrigatória a instalação do reservatório de Água no alto do edifício; nos prédios de mais de três pavimentos serão exigidos 2 reservatórios, sendo um no alto do edifício, e o outro enterrado, sendo que este alimente o primeiro alimentado pelo segundo por meio de bomba de recalque.

Parágrafo Único - A capacidade dos reservatórios deverá seguir normas estabelecidas pelo SAEP e providos de válvulas de bóias e de tampa a prova de líquidos, poeira e insetos.

Artigo 33) - É vedado o emprego de bombas de sucção diretamente ligadas ao hidrômetro ou ao ramal de derivação, sob pena das sanções previstas no ARTIGO 44º, item 3º.

Artigo 34) - O consumidor somente poderá utilizar a Água para própria serventia, não podendo desperdiçá-la, deixá-la contaminar-se, nem consentir na sua retirada do prédio, embora a título gracioso, salvo em caso de incêndio.

Artigo 35) - É vedado ao consumidor a derivação ou ligação interna de Água ou da canalização de esgoto sanitário para outros prédios, mesmo de sua propriedade, sob pena de sanções previstas no ARTIGO 44º, item 2, parágrafo 1º.

Artigo 36) - As obras de fundação ou escavação a menos de 5 (cinco) metros do ramal ou do coletor de esgoto não poderão ser executada sem prévia autorização do SAEP.

Artigo 37) - Os líquidos que não puderem ser despejados diretamente nos esgotos sanitários serão tratados de acordo com instruções fornecidas pelo SAEP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Artigo 38) - Caberá ao SAEP recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de ampliação e reparo das rês ou de instalação e reparo de ramais de derivação, inclusive pela recomposição dos passeios ou calçadas.

Artigo 39) - O pedido de ligação do ramal de Água ou esgoto far-se-á mediante requerimento, pagando-se o custo dos serviços.

Parágrafo 1º) - O custo a que se refere este ARTIGO compõe-se de:

A) - Mão de obra para abertura e fechamento da via pública e ou passeio.

B) - Mão de obra para as ligações dos ramais de Água e ou esgoto às respectivas rês mestras.

C) - Kit cavalete e mão de obra para a montagem do mesmo.

D) - Instalação do Hidrômetro.

CAPÍTULO IX

DAS CONTAS

Artigo 40) - A leitura do hidrômetro será feita a intervalos regulares a critério do SAEP, sendo desprezadas, na apuração do consumo as frações de metro cúbico.

Parágrafo Único - Verificando, na ocasião da leitura, avaria no hidrômetro, e até que seja restabelecido o seu funcionamento, o consumo será calculado sobre a média dos três últimos períodos de consumo apurados.

Artigo 41) - As contas de consumo de Água e de serviço de esgotos sanitários serão calculados e lançadas, de acordo com o Recebimento das Contas e Contribuição de Melhorias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- 15 -

Parágrafo Único - Não será admitido um único ramal de derivação quando as economias envolverem mais de uma categoria de serviço.

Artigo 42) - Sobre o consumo de Água lançada, só serão aceitas reclamações até 10 dias após apresentação das contas.

Artigo 43) - As contas serão pagas de acordo com a data de vencimento nos estabelecimentos bancários ou similares, desde que autorizados.

Parágrafo Único - Eventualmente as contas poderão ser pagas no escritório do SAEP.

CAPÍTULO X

DAS PENALIDADES

Artigo 44) - O descumprimento das obrigações principais e acessórias desta lei fica sujeito às seguintes penalidades:

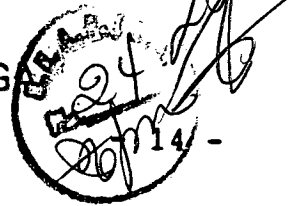
- 1) - Intervenção do usuário ou seus agentes no ramal de derivação de Água ou no ramal coletor de esgoto, multa de 1,0 V.P.R.
- 2) - Derivação ou ligação interna de Água ou da canalização de esgotos para outros prédios, multa de 1,0 V.P.R.
- 3) - Emprego de bombas de sucção diretamente ligadas ao hidrômetro ou à derivação de Água, multa de 1,0 V.P.R.
- 4) - Despejo de Águas pluviais na canalização de esgoto sanitário, multa de 1,5 V.P.R.
- 5) - A inutilização dos selos do hidrômetro e lacre dos cavaletes sujeitará o consumidor à multa de valor equivalente a 20% do V.P.R.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



6) - RETIRAR, ALTERAR, INUTILIZAR OS selos do hidrômetro ou do lacre do cavalete, usar de qualquer outro meio objetivando fraudar ou diminuir o consumo de Água, sujeitará o consumidor ao pagamento de multa equivalente a 1,2 V.P.R. (MUNICIPAL), e ainda ao ressarcimento da Água presumivelmente consumida, adotando-se a média do consumo maior e menor dos últimos 12 meses, multiplicado pelo fator 6 e pelo valor da tarifa atual.

7) - O consumidor, intimado a reparar ou substituir qualquer canalização ou aparelho defeituoso nas instalações internas, não o fizer no prazo fixado na respectiva intimação, ficará sujeito ao corte do serviço de Água até o seu cumprimento, pagando para a religação multa de 1,0 V.P.R.

Parágrafo 1º) - As infrações previstas nos itens "1", "2" e "6" importam no corte imediato do fornecimento de Água.

Parágrafo 2º) - As contas vencidas sujeitam-se a multa de 10%, calculada sobre o seu valor, e se não for paga até a data de vencimento do corte incidirá sobre a mesma correção monetária.

Parágrafo 3º) - Após 10 dias da data de vencimento das contas o consumidor fica sujeito ao corte do fornecimento de Água, sem qualquer aviso prévio.

Parágrafo 4º) - O Serviço de Água cortado por falta de pagamento de contas ou outra qualquer infração ao regulamento só será restabelecido, mediante pagamento de nova despesa de ligação, depois de pagas as contas vencidas ou corrigida a situação que deu motivo a aplicação da penalidade.

Parágrafo 5º) - A exceção daqueles decorrentes de falta de pagamento das tarifas, as multas previstas neste capítulo serão sempre dobradas na reincidência.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Artigo 45) - O SAEP organizará o cadastro de todos os prédios e terrenos situados nos logradouros públicos dotados de coletores de esgoto sanitários e ou rede de distribuição de Água.

Artigo 46) - O PROPRIETÁRIO ou responsável comprovadamente pela ocupação ou utilização do imóvel poderá requerer, por motivo de mudanças ou ausência prolongada, o corte temporário do serviço de Água, ficando o SAEP obrigado a executá-lo, quando fará a leitura do hidrômetro, para lançamento e cobrança das contas devidas.

Artigo 47) - A requerimento justificado do proprietário ou responsável pela ocupação ou utilização do imóvel, o SAEP, poderá conceder baixa definitiva da concessão dos serviços de Água e Esgotos somente quando o imóvel estiver desabitado.

Artigo 48) - Em caso de mudança do proprietário de qualquer imóvel situado em logradouro servido pelas redes de Água e Esgoto, fica o novo proprietário obrigado a fazer a respectiva transferência.

Artigo 49) - O SAEP poderá recusar o fornecimento de Água ou cortar o serviço ou instalações que utilizem Água e cuja utilização possa prejudicar o funcionamento do sistema de abastecimento ou dar causa a contaminação de Água da canalização pública.

Artigo 50) - Guardada as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, o consumidor não poderá opor-se a inspeção, substituição ou aferição dos hidrômetros e corte de Água.

Artigo 51) - O SAEP não concederá serviço de Água para fins de revenda ao público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- 16 -

Artigo 52) - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 21 de dezembro de 1.993.

- FAUSTO VICTORELLI -

Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

- WALTER JOÃO DELFINO BELEZIA -

Secretário Municipal de Administração.

lrs/.-



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (019) 561-2681 - Fax.: 561-2811
Estado de São Paulo

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 73/96

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

Fica criado no Artigo 1º, que dá nova redação ao artigo 12 da Lei nº 2.526/93, de 21 de dezembro de 1993, o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

Artigo 1º) -

" Artigo 12)

Parágrafo Único) - A cobrança do esgoto sanitário para o consumo mínimo de todas as categorias será de 80% do valor da tarifa de Água."

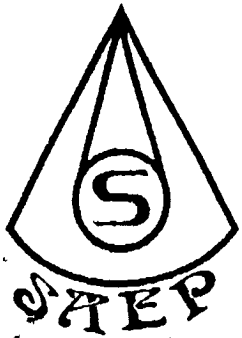
Sala das Comissões, 05 de Novembro de 1996.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa apenas manter o Parágrafo Único do artigo 12, da Lei nº 2.526/93, uma vez que o Projeto de Lei em questão veio desprovido deste dispositivo legal, talvez por falha na sua elaboração.

Comissão de Justiça.

Natália Suelza
Kauphuri
M. S. Sli



S.A.E.P.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA

Avenida Newton Prado, 2664 - Fone: (0195) 61-4511
CEP: 13.630-000 — Pirassununga — São Paulo

Pirassununga, 23 de setembro de 1996.

OF. Nº 275/96

Senhor Prefeito:

Acuso o recebimento através de seu gabinete do abaixo assinado do "Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga".

A pedido de V.Exa., para incentivar as indústrias de tinturaria em nosso município, em especial esta a que nos referimos, propomos a criação de uma quarta categoria, ou seja, "Categoria Industrial para Tinturaria".

Segue em anexo a tabela contendo os valores sugeridos para esta nova categoria, que subiu de 40 m³, o mínimo na atual Categoria Industrial, para 250 m³, nesta nova tabela sugerida. Como exemplo, o valor pago na última conta de água pela Indústria de Fiação e Tecelagem de Pirassununga, por um consumo de 4.476 m³, foi de R\$12.297,62; nesta tabela sugerida, pelo mesmo consumo, pagar-se-ia R\$ 7.616,70.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.


Eng.º João Alex Baldovinnotti
Superintendente

Exmo. Sr.
Fausto Victorelli
D.D. Prefeito Municipal de Pirassununga
Nesta

R e c e b e m o s
Em 23/09/96

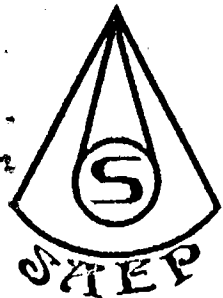
9219

30

S.A.E.P.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA

Avenida Newton Prado, 2664 - Fone: (019) 561-4511
CEP: 13630-000 - Pirassununga, São Paulo



JUSTIFICATIVA

Projeto de Lei que visa incentivar as indústrias de tinturaria em nosso município, criando a categoria "Industrial Tinturaria". Com o uso da nossa tabela e nossa categoria, o custo final do consumo se reduzirá substancialmente. Para tanto, o mínimo de esgoto é de 80 % do valor da água; no excesso, será de 53 %, e deverá ter esta redação em Lei.

O consumo mínimo subirá de 40 m³ para 250 m³, com um custo final total de apenas R\$ 9,90.

Pirassununga, 23 de setembro de 1996.

Eng.º João Alex Baldovinotti
Superintendente

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA AVENIDA NEWTON PRADO, Nº 2664 - TEL.: (0195) 61-4511 C E P 13630-000 - PIRASSUNUNGA - SÃO PAULO						MÊS / ANO OUTUBRO/96			
L: 2 // S: 6 // SEQ: 5.302						VENCIMENTO 15/11/96			
LOG. 035384.2.230.480.0-44						CORTE 25/11/96			
NOME: FIAÇÃO E TECELAGEM PIRAS. S/A						COMPLEMENTO			
RUA: RUA SIQUEIRA CAMPOS Nº2.656						9.232,55			
ENT. RUA SIQUEIRA CAMPOS Nº2.656						3.245,12			
TARIFA DE ÁGUA:						0,00			
TARIFA DE ESGOTO:									
CONSERVAÇÃO DE HIDRÔMETRO:									
EXISTE DEBITO ANTERIOR:									
LEITURA ATUAL		LEITURA ANTERIOR		CONSUMO		EXCESSO		VALOR A PAGAR SEM MULTA	
167.506		162.965		4.541		4.501		12.477,67	
HIDRÔMETRO		DATA / INSTALAÇÃO		VAZÃO		T.L.		VALOR COM MULTA	
441.495		24/03/93		050		0		13.725,43	
ECO		CAT		MÉDIA SEMESTRAL					
1		3		3.809					
SET 4.777		AGO 4.476		JUL 3.484					
JUN 3.985		MAI 3.548		ABR 2.581					
15 DE NOVEMBRO, 1079 (CENTESIMO SETIMO) ANIVERSARIO DA REPUBLICA BRASILEIRA						VALOR TOTAL			

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA AV. NEWTON PRADO, Nº 2664 - TEL.: (0195) 61-4511 - SP						VENCIMENTO 15/11/96		CORTE 25/11/96		MÊS / ANO OUTUBRO/96	
L: 2 // S: 6 // SEQ: 5.302						VALOR SEM MULTA 12.477,67					
LOG. 035384.2.230.480.0-44						VALOR COM MULTA 13.725,43					
NOME: FIAÇÃO E TECELAGEM PIRAS. S/A						CORREÇÃO					
RUA: RUA SIQUEIRA CAMPOS 2.656						TOTAL					
ENT. RUA SIQUEIRA CAMPOS 2.656											
ÁGUA.....: 9.232,55											
ESGOTO.....: 3.245,12											
SERV: 0,00											
MULTA APOS VENCTO: 1.247,76											
CONS/HIDR: 0,00											

LOGRADOURO 035384.2.230.480.0-44						VALOR S/ MULTA 12.477,67					
VENCIMENTO: 15/11/96						CORTE: 25/11/96		VALOR C/ MULTA 13.725,43			
								TOTAL			

7.519,15

31/10



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (019) 561-2681 - Fax.: 561-2811
Estado de São Paulo

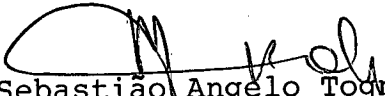
32
/

PARECER Nº

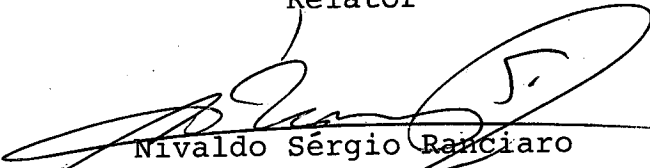
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

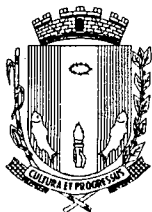
Esta comissão, examinando o Projeto de Lei nº 73/96, de autoria do Executivo Municipal, que visa dar nova redação aos Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei nº 2.526/93, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 05/NOVEMBRO/1996.


Sebastião Angelo Tognolli
Presidente


Hamilton Campolina
Relator


Nivaldo Sérgio Ranciaro
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Tel. (019) 561-2681 - Fax.: 561-2811
Estado de São Paulo

33
/

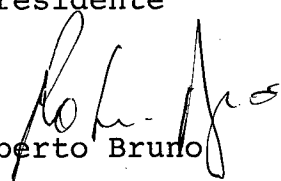
PARECER Nº

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 73/96, de autoria do Executivo Municipal, que visa dar nova redação aos Artigos 9º, 11, 12 e 13 da Lei nº 2.526/93, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões, 05/NOVEMBRO/1996.

Celso Sinotti
Presidente


Roberto Bruno
Relator

Jorge Luis Lourenço
Membro